

AVANÇO E DESAFIOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO NA GRANDE JAIARA, ANÁPOLIS – (GO)

Valtemira de Fátima Gomes Beraldo¹
Valtemira.geografia@yahoo.com.br

Rubens Elias Santana Moraes²¹
Moraes.res@gmail.com

RESUMO:

A proposta é apresentar dados sobre os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da área norte de Anápolis, sabendo que estes atendem uma população que esta em constante crescimento e entender como a organização espacial reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. População. Planejamento.

INTRODUÇÃO

Anápolis está situada na Mesorregião do Centro Goiano, sendo considerada uma cidade que apresenta grande importância regional devido sua dinâmica interna e localização. Segundo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Anápolis contava com uma população no ano de 2000 de 288.085 habitantes, elevando este número em 2010 para 334.613 habitantes. Em estudo realizado sobre a área e com base nos microdados do IBGE pode se observado que entre as área que apresenta um grande crescimento populacional foi a grande Jaiara, muitos bairros que tinham poucas moradias foram tido sua paisagem transformada pelo grande número de novas construções .

Hoje temos na Avenida Fernando Costa um subcentro de Anápolis, segundo Corrêa (1995, p. 51) o subcentro se caracteriza “[...] em uma miniatura do núcleo central. Possui uma gama complexa de tipos de lojas e de serviços” [...].

Nesta área até o presente momento estão em funcionamento apenas dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade e são responsáveis por cuidar, educar e desenvolver as crianças, proporcionando a elas perceber o mundo a sua volta e nele se interagir com os outros, respeitando os limites de cada faixa etária. As unidades são Cibeles

²¹ Graduandos em Geografia – Universidade Estadual de Goiás-UEG na Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas

Teodoro Teles e Maura Helena Oliveira Simões que foram construídas apartir do ano de 1986. Ao todo Anápolis conta com 25 unidades, este número se torna insuficiente quando levamos em consideração que é cada vez maior a quantidade de mães que sustentam a casa ou que contribuem na renda familiar, e muitas das vezes não tem com que deixar seus filhos. A obrigatoriedade dos municípios em conceder unidades suficientes para a educação infantil foi amparado na Constituição Federal de 1988, exigindo novas posturas. Essa tomada de iniciativa faz com que as prefeituras se organizem e com esta finalidade são feitas parcerias com o governo federal para ampliar o número de unidades e também melhoria dos serviços para o atendimento da educação infantil.

Percebemos, assim, que esta organização espacial da cidade foi e está submetida à ação de agentes que direto e indiretamente são esponsáveis pela forma como a cidade se materializa. Estes são classificados para Corrêa (1995) em: Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o estado e os grupos excluídos.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 1995, p. 11).

No caso da formação da Grande Jaiara estes agentes agiram intensificando as diferenças e realçando as desigualdades.

Educação infantil em nível nacional

A qualidade dos serviços em Educação Básica (creches e pré-escolas) assim como os anseios para ampliar o número de unidades é um assunto recente, que ganhou destaque com a democratização do país, mas que durante muito tempo entre as décadas de 1970 e 1980 foram ignorados e o serviço era oferecido por entidades filantrópicas ou comunitárias, às vezes, contando com parcerias do município que repassavam verbas para ajudar na alimentação e manutenção. Este serviço por possuir poucos recursos começou a ser questionado quanto a sua qualidade, despertando para que vários estudos fossem feitos por todo o Brasil. Foi constatado que, muitos centros de educação apresentavam deficiência no serviço oferecido, como péssimas estruturas físicas, falta de material didático e profissionais despreparados.

Este assunto começa a ganhar amplitude nacional e é pautado na Constituição Federal de 1988 e na LDB 1996 colocando como dever do município de oferecer a educação infantil e aos órgãos federais as normas e diretrizes para funcionamento e instalação das unidades. “O inciso IV do Art. 9º da LDB trata do estabelecimento, delegado à União, de competências e diretrizes para a educação infantil [...]” (MURANAKA; MINTO, 2007, p. 52).

A razão pela qual em nossa cidade assim como nas cidades de todo o país existe uma grande carência deste serviço público foi que, no inciso V do Art. 11 da LDB é colocado que o município deve ofertar e não garantir, neste sentido a colocação de Muranaka; Minto, (2007) se torna pertinente.

Sendo assim, se, por exemplo, o município de São Paulo tiver uma creche ou uma pré-escola (ou duas, três, etc.) ele ofertou educação infantil, o que não significa ter garantido essa educação para todos os que dela necessitam e a ela têm direito, conforme o inciso XXV o Art. 7º da CF 88 (MURANAKA; MINTO, 2007, p.56).

Segundo Campos et al (2006), outro documento que foi de grande importância para normatizar e assegurar um serviço de qualidade foi criando também em 1988 através de Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, intitulado Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil.

Para poder melhorar também as estruturas físicas destas unidades foi aprovado dentro do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 os seguintes requisitos:

Espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; instalação para o preparo e/ ou serviço de alimentação; ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo; mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos; adequação às características das crianças especiais (CAMPOS ET AL, 2006, p 92).

É inegável que todas as leis e planos para melhorar e ampliar o número de unidades de atendimento a crianças de 0 a 6 anos são de fundamental importância, uma vez que este assunto foi por muito tempo esquecido ou deixado em segundo plano, o que acarretou um atraso em relação as outras fases da educação, e que só será recuperada se realmente houver esforço tanto dos municípios,

governo Federal e comunidade como reinvedicadora do seus direitos e fiscalizadora para que realmente este serviço seja oferecido com qualidade.

Desenvolvimento da cidade de Anápolis

Anápolis possui um grande dinamismo interno e estes primeiros sinais já começavam a ser percebidos com a chegada da estrada de ferro em 1935, colocando a em lugar de destaque como a segunda cidade mais importante do Estado de Goiás. Por causa dos incentivos fiscais e financeiros, muitas empresas vieram para a cidade, e uma delas foi a Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão, posteriormente chamada Vicunha S/A em 1946 instalada na Vila Jaiara.

Outros dois fatores de igual peso que contribuiu para o desenvolvimento de Anápolis foi a construção de Goiânia a partir de 1930 e Brasília que começa a ser cogitada em 1955, mas é em 1960 que de fato ela é consolidada. A construção da Capital do país tão próxima passa a promover um aumento da população Anapolina antes mesmo de ser construída de fato, gerando o crescimento urbano da cidade. “Esse crescimento populacional exigiu uma expansão da área urbana, levando à aprovação de um grande número de loteamentos para suprir a demanda por lotes residenciais” (FREITAS, 2007, p.37), chegando a ser aprovado à abertura de 91 loteamentos entre 1951 a 1960.

A construção do Distrito Agro-industrial é também importante para a cidade, pois a colocou numa escala nacional e até internacional pelas redes que se fazem necessária para importação de matérias-primas para a produção, quanto para a exportação de produtos para outras regiões do país, ou até mesmo internacional em razão de ter também neste local, filiais de empresas multinacionais. Todos esses fatores foram importantes para que hoje Anápolis fosse considerada entre as mais importantes do Estado de Goiás.

Crescimento e polarização da Vila Jaiara

Em 1946 a Vila Jaiara começa a ter seus primeiros moradores e segundo Garcia (2009, p. 41) “Quando se fundou a Jaiara em, Anápolis tinha apenas três loteamentos além da área central: Bairro Jundiá, Vila Santa Terezinha e a Vila Brasil”. É, porém, neste momento por ter recebido a indústria Vicunha S/A que oferecia muitas vagas de trabalho começa a ser desenvolver em torno dela uma base comercial para atender estes trabalhadores e juntamente o processo de povoamento

do bairro e abertura de novos bairros, devido ao baixo preço das terras, pois este se caracterizava como um bairro popular.

O processo de crescimento econômico de Anápolis gerou o crescimento do processo de expansão urbana, de forma que a Vila Jaiara passou a polarizar e articular os bairros circunvizinhos, formando o aglomerado denominado de Grande Jaiara que tem seus alicerces sustentados e alavancados pelo crescimento das classes populares (ALVES, 2011, p. 40).

Começa aí se desenvolver uma nova caracterização do bairro em relação ao centro da cidade e ao mesmo tempo uma dependência dos bairros construídos no entorno da Jaiara que por causa da distância em relação ao centro ou pelo custo do transporte começam a fazer suas compras e satisfazer suas necessidades pessoais no subcentro que se desenvolveu na Fernando Costa, o que a destacou como a avenida principal da Vila Jaiara, entendendo como subcentro um local que apresenta as mesmas características de um centro em suas atividades comerciais, financeira e serviços públicos.

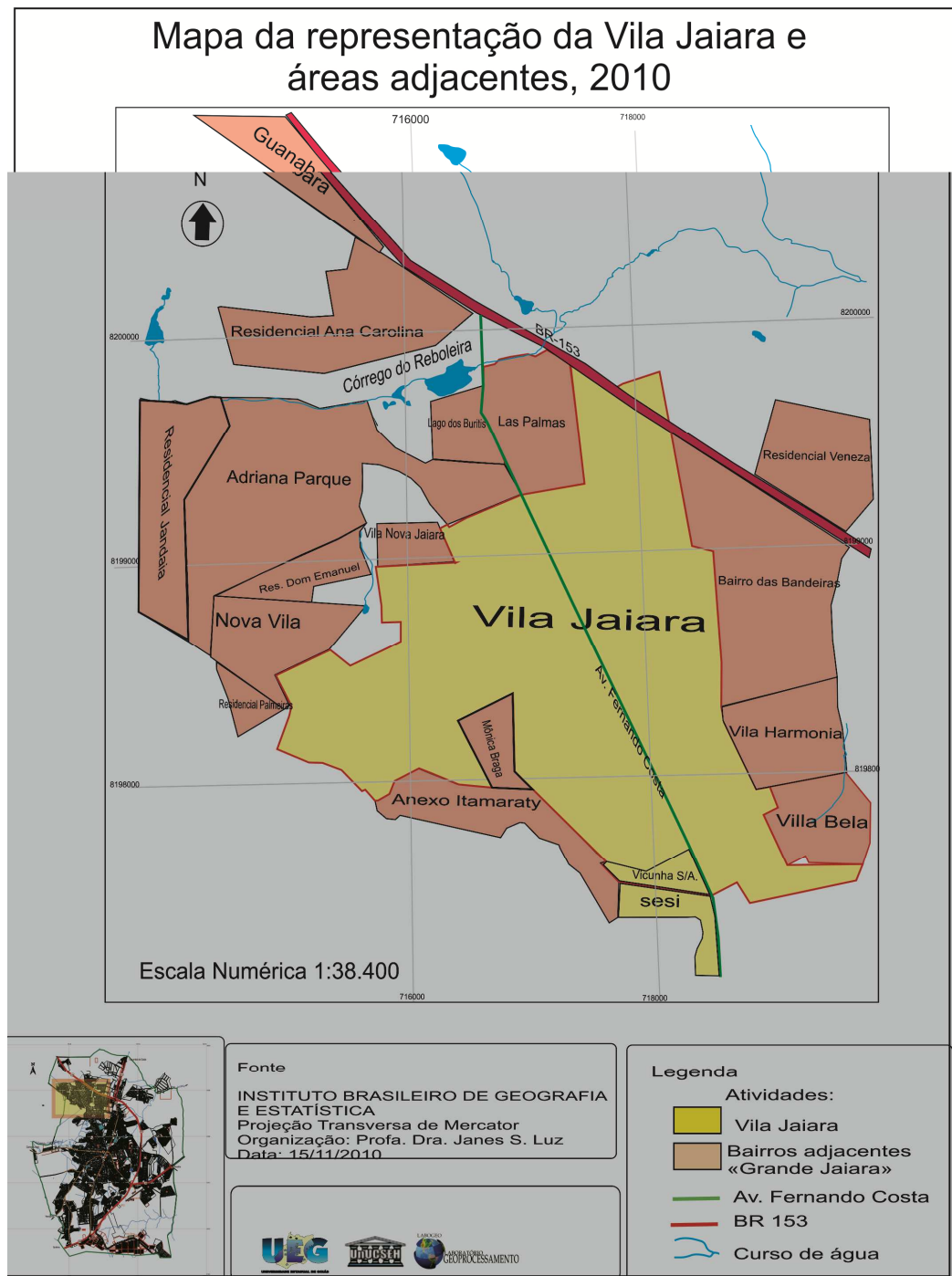
Para Alves (2011) são dezoito os bairros que fazem parte a grande Jaiara são eles:

[...] Loteamento Guanabara, Vila Harmonia, Bandeiras 1ª e 2ª Etapas, Loteamento Las Palmas, Setor Lago dos Buritis, Vila Nova Jaiara, Residencial Dom Emanuel, Residencial Palmeiras, Bairro Anexo Itamaraty, Residencial Mônica Braga, Adriana Parque, Residencial Jandaia 1ª e 2ª Etapas, Setor Escala, Residencial Dom Felipe, Residencial Ana Carolina e Residencial Aldeia dos Sonhos,
(ALVES, 2011 p. 42).

Uma característica que segundo Alves (2001) é um dos fatores responsável pela abertura de novos bairros é que desde o início foram construídas casas populares devido à baixa renda das pessoas que procuravam aquela área para construir suas moradias, gerando um crescimento de forma horizontal.

É bom lembrar que mesmo com a saída da fábrica Vicunha S/A, do local em 1998 para Fortaleza no Ceará, não houve mudanças significativas na área, pois já se tinha o bairro e um comércio consolidado que continuou a crescer e polarizar os bairros que se formavam em seu entorno.

Para Souza (2009), os subcentros vão ser caracterizados por serem localizados em locais que apresenta um grande número de população e também por atender somente a parte da população que esta em sua volta, ou seja, seus agregados.



Fonte: (LUZ, 2010)

Caracterização dos CMEIs na Grande Jaiara

Na Vila Jaiara, próximo Av. Fernando Costa onde se localiza a principal área comercial, configurado como subcentro da cidade, esta o CMEI Cibele Teodoro Teles, situado na Marechal Golveia com Planaltina, com data de abertura de 15/01/1987, esta apresenta ainda sua estrutura original, sendo esta deficiente, com salas pequenas e pouco arejadas, contemplando a necessidade de uma perspectiva de reforma e ampliação para adaptações e melhorias. O pouco espaço construído e a deficiência estrutural é um dos fatores que servem de barreira para o atendimento de um número maior de crianças.

Em relação ao CMEI Cibele Teodoro Teles é importante destacar que apesar das limitações, trata-se de um local organizado e que apresenta boas condições de higiene, onde são atendidas 85 crianças com idade de 2 a 5 anos, com exceção do Jardim II, as demais permanecem durante todo o dia, sendo oferecidas quatro refeições diárias e de acordo com os objetivos do CMEIs promove o aprendizado, a coordenação psicomotora e a formação do indivíduo com atividades prazerosas e com brincadeiras.

O outro centro infantil da região é o CMEI Maura Helena Oliveira Simões que está edificado na avenida Souzaânia com rua JK 10, no bairro Nova Vila inaugurada em 06/03/2006, por ser esta uma construção recente apresenta uma infraestrutura melhor planejada. Possui salas amplas, arejadas, refeitório, parquinho e banheiros que atende a faixa etária das crianças. Algumas turmas são período integral, outras permanecem pela manhã ou à tarde, mas a ambas são oferecidas refeições. A escola oferece no total um atendimento a 132 crianças com idade entre 4 meses e 5 anos.

Porém percebemos que na realidade apenas dois CMEIs não são suficientes para atender as crianças do Vila Jaiara e outros bairros agregados a ele, ou seja, os bairros que compõem a Grande Jaiara que são um total de 18. Esta região concentra um número significativo de trabalhadores que necessitam do serviço oferecido pelos CMEIs, pois, os pais necessitam de uma escola infantil tempo integral para que possam trabalhar ou por outro lado sentem uma necessidade de oferecer uma pré-alfabetização aos seus filhos, mas não possui condições financeiras para fazê-lo, dependendo do sistema público para oferecer oportunidade com vagas suficientes para atender a demanda.

Pelos dados que levantamos acima apenas 217 crianças são atendidas ao todo nos dois CMEIs, um número bastante inferior a quantidade de crianças que precisam deste tipo serviço na

região, aproximadamente 2070 crianças, com base em análise de dados do IBGE (2010). Uma vez que não se consegue atender a todos, usa-se o método de sorteio para preenchimento das vagas.

Através da publicação em nota no jornal opção e da pesquisa de campo foi verificado que a prefeitura de Anápolis está construindo novas unidades. Uma delas está sendo construída no Setor Adriana Parque por meio de parceria com o governo federal através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), este tem como meta atender aproximadamente 130 crianças e está previsto para ser entregue até o final do ano.

Agentes de transformação do espaço

Um fator comum que observamos na sociedade atual são as grandes desigualdades provocadas pelas novas formas capitalistas de produção e consumo onde a maioria da população vê-se obrigada a vender sua força de trabalho, não recebendo por este serviço o devido pagamento. Além de contar com um baixo salário para poder se sustentar ainda são sujeitos a dificuldades no acesso aos serviços públicos.

No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar um aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel (CORRÊA, 1995, p. 29).

Esta falta de recursos de muitas famílias acaba as levando a procurar áreas distantes para construir suas moradias, muitas vezes longe dos setores de trabalho e serviços públicos, sendo um exemplo desse fato muitas famílias que residem na região da Jaiara. Este tipo de organização do espaço se deve ao Estado que ordena, organiza e regulamenta o território de acordo com seus propósitos, muitas vezes atendendo aos interesses da classe dominante. O agente que tem igual peso são os promotores imobiliários que promovem uma supervalorização de áreas mais centrais fazendo com que a população procure áreas cada vez mais distantes para construir suas moradias.

Quem ganha também com este deslocamento da população para áreas cada vez mais longe, assim como a diminuição da população rural em razão do crescimento da população urbana são os proprietários fundiários que veem suas terras serem valorizadas e com a intenção de obter o lucro

fazem o parcelamento da área, vendem á um valor que muitas vezes ultrapassa o valor real do terreno e investem um pouco mis a frente para que ao passar de um tempo possam ver o seu dinheiro render ainda mais.

A propriedade fundiária da periferia urbana, sobretudo aquela da grande cidade, constitui-se no alvo de atenção dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano (SANTOS, 1995, p. 16).

A cidade é, portanto o lugar onde as desigualdades são evidenciadas, boa parte da população é segregada e desterritorializada do seu espaço, colocada em lugares distantes onde se concentra um grande número de população, enquanto uma minoria se auto-segregada nos lugares mais privilegiados da cidade. Diante destas características que as cidades apresentam a única saída será uma administração pública que pratique uma gestão transparente, democrática, comprometida em desenvolver o planejamento participativo para que minimize as desigualdades já existentes.

Neste sentido, com o objetivo de contribuir para esta melhor organização do espaço em Anápolis estamos desenvolvendo um trabalho que envolve a caracterização e representação das informações sobre a rede escolar municipal da cidade de Anápolis (GO). O projeto de pesquisa busca a ligação da Universidade com a comunidade, desempenhando assim o seu papel onde as Instituições de Ensino Superior devem realizar pesquisa e extensão proporcionando para seu aluno aprofundar conhecimentos é utiliza-los de uma forma a contribuir para melhorias no espaço que vive. Será utilizado o Sistema de informação Geográfica (SIG) como uma ferramenta para que haja um melhor planejamento por parte dos responsáveis em gerir e administrar as unidades escolares. A intenção é que ao se pensar em construir uma unidade de educação se busque os dados que vão ser confiáveis uma vez que estes dados serão georeferenciados e sempre atualizados por uma equipe e assim fazer o ordenamento destas de acordo com as necessidades dos locais.

A razão pela qual estamos fazendo este trabalho que em sua primeira fase será a visita em loco para a coleta dos dados é posteriormente a busca dos micros dados pelo IBGE de cada área é para evitar o que acontece com muitos planejamentos que são transferidos de uma área para outra e até mesmo modelos de outras cidades, que geram o fracasso de uma gestão, pois cada lugar possui suas particularidades e disparidades por isso para solucionar os problemas o planejamento deve ser específico para cada lugar. Almejamos com este apoio de pesquisas e técnicas que são

desenvolvidas dentro da universidade juntamente com poder público e comunidade desenvolver uma melhor organização das unidades escolares municipais da nossa cidade.

Conclusão

Percebemos que, apesar da recente expansão dos centros de educação infantil na cidade, este serviço público ainda gera a exclusão de muitas crianças, pois a população da região norte conta com apenas dois CMEIs, estes não são suficientes para atender a demanda da região onde se localizam. Para amenizar este problema é necessário, portanto que sejam construídas um número considerável de novas unidades ou mesmo que sejam ampliadas as vagas nos existentes.

Outro fator aspecto a ser considerado é a necessidade de reavaliar as formas e mecanismos de acesso a este serviço público, colocando fim aos sorteios e, mesmo, promovendo uma triagem entre os beneficiados para atender às necessidades das mães que trabalham, em especial, tendo em vista a falta de vagas.

Referências Bibliográficas: \

- ABREU, Márcia. **Administração dá prioridade para CMEIs**. Jornal Opção. edição 1915 de 18 a 24 de março de 2012. Disponível em:
<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/anapolis/administracao-da-prioridade-para-cmeis> Acesso em: 01 out. 2012.
- ALVES, Emerson Dutra. **Processo de expansão urbana na área da grande Jaiara, município de Anápolis (GO), no período de 2000/2010**. 2011. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Geografia) - Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO), 2011.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.
- CAMPOS, M.M; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V.A **Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns resultados de pesquisa**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo (SP): Ática, 1995.
- FREITAS, Revalino Antonio. Anápolis, fundos e expansão urbana: **1957-1997**. In: TOSCHI, Mirza Seabra. (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis (GO)**: Vieira, 2007. P. 15- 34.
- GARCIA, Virgílio Tomás. **A Descentralização e a Formação de Novas Centralidades em Anápolis: o caso da Vila Jaiara**. 2009. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Geografia) - Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO), 2009.

MURANAKA, M. A. S.; MINTO, C. A. Organização da Educação Escolar. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: Análise da Constituição federal e da LDB. – 3. Ed. – São Paulo: Xamã, 2007.

POLONIAL, Juscelino. Anápolis: das origens do povoado à revolução de 1930. In: TOSCHI, Mirza Seabra. (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis (GO)**: Vieira, 2007. PP. 35- 45.

SOUZA, Marcus Vinícius Mariano de. **Cidades Médias e Novas Centralidades**: Análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.